

1 **ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS DO ALTO**
2 **IGUAÇU E AFLUENTES DO ALTO RIBEIRA**

3 **OBJETO:** Abertura; Posse dos novos membros, aprovação da ata da 11ª
4 reunião, aprovação da resolução que cria a Câmara Técnica de Revisão do
5 Regimento Interno, informes sobre o Plano das Bacias do Alto Iguaçu e
6 Afluentes do Alto Ribeira, apresentação do Programa de Segurança da
7 Água – Ministério da Saúde, assuntos gerais e encerramento

8 Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, às 14:00 horas,
9 na Sala dos Conselhos do CIETEP, realizou-se a 12ª Reunião Ordinária do
10 Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira. A Presidente do
11 Comitê, Sra. Ingrid Illich Muller, após verificação de quorum, procedeu à leitura
12 da pauta, solicitando a alteração da ordem do item 6, passando esse item para
13 o item 4. A Sra. Presidente colocou em votação a alteração da pauta, e em
14 sendo aprovada passou ao **2º ITEM DA PAUTA** que tratava da apresentação e
15 posse dos novos membros do comitê. Foram empossados os membros
16 titulares FERNANDO MASSARDO da SANEPAR em substituição a TADEU
17 RICZINSK, CLÁUDIA REGINA BOSCARDIN da Prefeitura Municipal de
18 Curitiba em substituição a MÁRIO SÉRGIO RASERA e DULCIMAR RINALDIN
19 da Prefeitura Municipal de Campo Largo em substituição a PAULO COSMOS.
20 A Sra. Presidente parabenizou os novos membros e passou ao **3º ITEM DA**
21 **PAUTA** que tratava da aprovação da ata da 11ª Reunião Ordinária e colocou
22 em votação a dispensa da leitura da mesma por ter sido enviada previamente
23 aos membros do Comitê. Aprovada a dispensa de leitura, a Sra. Presidente
24 informou que a minuta de ata que estava sendo projetada já continha as
25 alterações encaminhadas pela Sra. Martha Sugai da COPEL e consultou a
26 plenária em relação a mais alguma observação. O Sr. MARIO BASTOS DA
27 CAT-IRAI, fez as seguintes considerações sobre a ata da 10ª reunião ordinária:
28 *“As observações do Sr. MARIO BASTOS DA CAT-IRAI constariam da ata da*
29 *12ª Reunião Ordinária, porque não foram lidas suas observações e*
30 *questionamentos na 10ª Reunião. O Sr. Carlos Alberto Galerani*
31 *AGUASPARANA respondendo ao Sr. Valdir Donizete de Moraes linha 110 -*
32 *113 comentou que: “não se pode considerar que o plano não esteja sendo*
33 *implantado uma vez que os municípios estão adequando suas ações ao Plano*
34 *Diretor e na liberação de loteamentos, as prefeituras estão consultando o*
35 *Manual de Drenagem evitando assim a ampliação de cheias naturais ...”*
36 *Solicito que o Eng. Galerani esclareça em documento quais os municípios que*
37 *estão realizando essas adequações de suas ações na prática, em seus Planos*
38 *Diretores dentro das diretrizes do Plano Diretor de Drenagem - PDDr /2002 ao*
39 *COMITÊ. Crescimento das impermeabilizações pelo uso e ocupação do solo*
40 *com aumento das densidades, pavimentação e cobertura de grandes*
41 *barracões não são acompanhados por medidas mitigadoras e compensatórias*
42 *a exemplo dos índices de pavimentação em Pinhais, Colombo e região. Na*
43 *bacia do rio palmital em Pinhais e Colombo e na bacia do rio Irai continuam*
44 *sendo liberadas outorgas e licenças ambientais em locais com problemas de*
45 *alagamentos localizados com obras estruturais com transferência de vazões*
46 *para jusante e montante .Os exemplos dessas ações são o desassoreamento*
47 *do rio, canalização de rios tributários em loteamentos e condomínios,*
48 *canalização da rua Astorga, projetos legalizados sem a realização de estudo de*
49 *impacto ambiental. Além disso continuam sendo realizados aterros*
50 *pressionando toda a malha hídrica desde córregos, riachos, banhados em área*

51 de APPs. Solicito desde as reuniões do diagnóstico no CTPLAN a realização
52 de uma Câmara Técnica para examinarmos dentro do Comitê repasse da rede
53 de informações do que esta sendo realizado no planejamento e propostas a
54 respeito da drenagem urbana na RMC para termos as definições do que
55 necessitamos. As medidas de controle das enchentes combinando ações
56 estruturais e não- estruturais foram elencadas nos estudos do PMO3 / PRA01 /
57 PROSAN e devem ter um acompanhamento da sociedade no tempo e no
58 espaço com medidas emergências, de médio prazo e longo prazo. As ações no
59 espaço definiu-se o trecho do rio Iguaçu na fase de médio prazo e os afluentes
60 a longo e médio prazo. No entanto, dentro da fase de médio prazo deverão ser
61 elaboradas recomendações não –estruturais para os municípios sobre o trecho
62 do Iguaçu, que poderão ser estendidas para seus afluentes. Esse
63 acompanhamento e esclarecimento dentro da realidade traçada no ano de
64 1996 , com grandes investimentos na Macrodrenagem com a abertura do canal
65 paralelo / extravasor. Nos estudos do Dr.Tucci realização dos reservatórios de
66 abastecimento (Irai, Piraquara 1 e 2) representam um amortecimento na
67 ordem de 15% da bacia e a construção de reservatórios nos rios Palmital,
68 Belém e Atuba dificilmente poderia amortecer as enchentes da urbanização já
69 existente, sendo necessário a realização e planejamento através de parques e
70 áreas e unidades de conservação para amortecimento distribuído nessas
71 bacias principalmente nas que ainda estão em estado rural (Piraquara, Irai e
72 Pequeno), que também não estão sendo realizados pelos municípios. Devem
73 ser acompanhados com as medidas de controle não estruturais como o
74 Zoneamento das áreas de risco de inundação que , pelo que tenho verificado
75 não tem sido realizados pelos municípios. As ações da sociedade e poder
76 publico com relação a drenagem urbana continuam ainda acontecendo
77 somente quando temos os desastres, necessário uma cultura da prevenção
78 para superar a atual cultura do socorro.” Com relação a ata da 11ª reunião,
79 salientou que o Sr. Jorge Grandó não havia sido vereador. Não havendo mais
80 contribuições a Sra. Presidente colocou a ata em votação, salientando que as
81 observações do Sr. MARIO BASTOS DA CAT-IRAI constariam da ata da 12ª
82 Reunião Ordinária. A ata foi aprovada e em seguida passou-se ao **4º ITEM DA**
83 **PAUTA - Apresentação do Programa de Segurança da Água pelo**
84 **Ministério da Saúde**, convidando o Sr. PEDRO LUIS PRADO FRANCO da
85 SANEPAR para fazer a introdução ao tema. O Sr. PEDRO LUIS PRADO
86 FRANCO comentou sobre a revisão da Portaria nº 519/2004 do Ministério da
87 Saúde – MS referente à Potabilidade da Água, realizada por um grupo de
88 trabalho onde participaram a sociedade civil, o próprio Ministério da Saúde, as
89 empresas de saneamento, as secretarias estaduais de Saúde e os Conselhos
90 Nacionais de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos. Informou que a nova
91 versão da Portaria nº 518 do Ministério da Saúde ainda não havia sido
92 homologada, mas que estava em vias de ser assinada pelo Ministro da Saúde
93 e que esta contemplava a implantação de Planos de Segurança da Água - PSA
94 para mananciais de abastecimento. Como a portaria não define
95 responsabilidades para desenvolvimento e implementação de PSA, pois essa
96 ação de desenvolver um plano dentro do contexto de manancial é uma
97 atribuição que extrapola a competência do Ministério da Saúde envolvendo
98 vários sistemas, foi então levantada, em uma discussão envolvendo a AESB -
99 Associação das Empresas Estaduais de Saneamento, técnicos do Ministério da
100 Saúde e a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES, a

101 possibilidade de que os Comitês de Bacia Hidrográfica, com apoio do Ministério
102 da Saúde, incluíssem o Plano de Segurança da Água no Plano de Bacia, na
103 forma de um programa. Explicou ainda que a proposta era que o Comitê
104 acatasse a ideia de contemplar, como piloto, o PSA no seu Plano de Bacia, e
105 comentou que achava que tal fato seria um processo de integração entre os
106 sistemas de recursos hídricos, saneamento, saúde e meio ambiente, pioneiro a
107 nível nacional. Após esses comentários o Sr. PEDRO LUIS PRADO FRANCO
108 convidou a Sra. JAMYLE CALENCIO GRIGOLETTO do Ministério de Saúde
109 para fazer a apresentação sobre o Plano de Segurança da Água. A Sra.
110 JAMYLE CALENCIO GRIGOLETTO, Doutora em Ciências e técnica da
111 Coordenação de Vigilância e Saúde Ambiental, relatou que a AESB havia
112 entrado em contato para propor a adoção do PSA, pelos Comitês de Bacia e
113 que ela iria apresentar os critérios de elegibilidade para os Comitês, sendo que
114 a apresentação encontra-se anexa a esta ata. Em seguida, o DR. ALEXANDRE
115 PESSOA, consultor do Ministério da Saúde, Engenheiro Químico e Doutor em
116 Geociências fez a apresentação explicando o Plano de Segurança da Água,
117 que também se encontra em anexo. Após as apresentações, a Sra. Presidente
118 agradeceu aos palestrantes e abriu para a plenária para comentários. O Sr.
119 ENÉAS SOUZA MACHADO do AGUASPARANÁ agradeceu a vinda dos
120 técnicos do Ministério da Saúde e comentou que o COALIAR talvez pudesse
121 ser contemplado como uma das bacias piloto e perguntou se haveria
122 possibilidade do MS repassar algum recurso para a elaboração do PSA. A Sra.
123 Presidente sugeriu que fosse criado um Grupo de Trabalho dentro da Câmara
124 Técnica de Acompanhamento do Plano para tratar desse assunto. Em seguida
125 o Sr. VALDIR DONIZETE DE MORAES da ECOFORÇA perguntou se esse
126 Plano consideraria a contaminação dos mananciais por medicamentos ou
127 agrotóxicos, observou que o PSA era um processo da Agenda 21 e
128 demonstrou sua preocupação com a sigla PSA, que poderia confundir com
129 “Pagamento por Serviços Ambientais” e a Sra. Presidente comentou que a
130 Associação Brasileira de Recursos Hídricos compartilhava com essa
131 preocupação tendo inclusive sugerido ao MS o nome de “Plano de Segurança
132 Hídrica – PSH”. A Sra. Martha Sugai da COPEL comentou primeiramente que
133 faltava uma definição da área de abrangência de manancial, citou o caso de
134 Londrina que é abastecida pelo rio Tibagi, porém o rio Tibagi em sua totalidade
135 não pode ser considerado como manancial de Londrina. Em segundo lugar,
136 demonstrou preocupação quanto ao papel a ser desempenhado pelo Comitê
137 em relação ao PSA por ser esse plano bem abrangente e ter a ver com a
138 saúde das pessoas. Lembrou também que não se deveriam criar expectativas,
139 pois não existia capital humano para desenvolver o Plano dentro do Comitê,
140 reforçou a necessidade de se discutir o papel do COALIAR no âmbito da
141 Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano. O Sr. AGENOR ZARPELON
142 da SANEPAR explicou que a implementação do PSA ficaria a cargo das
143 companhias de saneamento, porém, como existiam vários atores atuando na
144 bacia hidrográfica, as companhias de saneamento não teriam competência
145 legal para cobrar ações preventivas e corretivas desses agentes. Como o
146 Comitê de Bacias agrega grande parte desses atores, sugeriu-se incluir o PSA
147 dentro do Plano de Bacia para que as diversas entidades pudessem trabalhar
148 em conjunto. A seguir o Sr. JORGE RAMON DE ARAUJO MELLO da Rede
149 Amigo das Águas comentou que achou a apresentação sobre o PSA
150 interessante. Comentou que acredita haver uma distância entre o discurso e a

151 realidade social dando como exemplo a educação ambiental que ainda seria
152 um tema estranho no sistema de educação do Paraná, do Brasil em geral.
153 Comentou que se preocupava com o fato da educação ser uma questão da
154 família, do estado e da escola, e em como formar uma sociedade responsável,
155 quando a maioria das famílias trabalhadoras, que moram em periferias de
156 Curitiba, Piraquara, Pinhais, São José dos Pinhais e Campo Largo não têm
157 condições de cuidar dos filhos, que são criados pelos vizinhos ou por parentes,
158 sendo a escola hoje um depósito da problemática social dos pobres, sucateada
159 e abandonada. Também comentou que o professor há três ou quatro anos
160 atrás tinha que dar aula pra trinta e cinco alunos, agora por decisão do
161 Governo do Estado tem que dar aula pra cinquenta alunos. Expôs sua
162 preocupação em relação a composição do Grupo de Trabalho que se estava
163 pensando em criar para a Plano de Segurança da Água tendo em vista a
164 contradição dos interesses dos municípios, os interesses políticos, rurais, os
165 interesses empresariais, e que a realidade política era a pressão sobre
166 mananciais, sobre os recursos naturais, de onde se extrai a riqueza, de onde
167 se acumula o capital, era também destruir o pouco que sobrou, e citou que a
168 mudança do Código Florestal vai em contradição com a Lei de Recursos
169 Hídricos. Colocou-se a disposição para participar no Grupo de Trabalho porque
170 acreditava na proposta, e que já havia participado em uma Conferência de
171 Saúde Ambiental. Ainda se posicionou a favor da elaboração do Plano pela
172 sociedade e lembrou que em Piraquara há ocupação das nascentes e dos
173 mananciais por projetos do próprio governo federal - Minha Casa Minha Vida-
174 que virou ocupação indiscriminada de manancial. O Sr. EDGARD FAUST
175 FILHO da ABES relatou que o tema do seminário da ABES ocorrido em
176 novembro de 2011, foi vigilância em saneamento e vigilância em saúde e
177 abordou o tema de Plano de Segurança da Água e que houve no final dos
178 debates sobre a revisão da Portaria nº 518, uma polêmica sobre a
179 responsabilidade pelo PSA. Colocou que estava feliz com a ideia de trazer a
180 construção deste instrumento para a organização dos recursos hídricos e que
181 queria fazer uma contribuição sobre integração, trazendo para a discussão
182 outros segmentos importantes como a área de saúde, o Conselho de Saúde,
183 Conselho de Meio Ambiente para que esses setores se comprometam com o
184 Plano. Também relatou que a ABES estava fazendo um debate muito grande
185 sobre o saneamento, comentando que no estado do Paraná ainda não se tem
186 um entendimento do saneamento como um todo, urbano, rural, gestão de
187 bacias e saneamento, meio ambiente e saneamento, saúde e saneamento, e
188 que está se discutindo a importância de um plano estadual de saneamento
189 para que as ações de saneamento sejam integradas entre estado e município.
190 Com a integração dos diversos setores, o Sr. EDGARD FAUST FILHO
191 defendeu a que não seria necessária a criação de um Conselho Estadual de
192 Saneamento, mas sim de um sistema de informação de saneamento integrado
193 com os demais segmentos com indicadores que sejam discutidos dentro da
194 área de saúde, dentro da área de educação, agricultura, desenvolvimento
195 urbano. O Sr. PEDRO LUIZ PRADO FRANCO da SANEPAR salientou que,
196 com a elaboração do Plano de Segurança da Água no âmbito do Comitê de
197 Bacia, as responsabilidades dos vários órgãos envolvidos seriam preservadas
198 e que a execução das ações não seria assumida pelo Comitê, e sim pelos
199 órgãos responsáveis. A Sra. STELLA MARIS DA CRUZ BEZERRA, da UTFPR,
200 colocou a si e a Universidade à disposição para participar do Grupo de

201 Trabalho e desenvolver estudos específicos, sendo que a Sra. Presidente
202 agradeceu sua oferta dizendo que se considerasse como parte do Grupo de
203 Trabalho. O Sr. CARLOS EDUARDO PIERIN enfatizou a importância de um
204 Plano de Segurança da Água, que poderia ser considerado uma gestão de
205 risco dos mananciais, de maneira a evitar um acréscimo de parâmetros a
206 serem considerados na legislação referente à qualidade da água distribuída,
207 lembrando que a Portaria brasileira tem em torno de 76 parâmetros e a
208 europeia tem 37. O Sr. EDUARDO FELGA GOBBI da SEMA comentou que a
209 Secretaria estava em contato com a ABES e a SANEPAR para a definição de
210 uma política estadual de saneamento básico que previa a articulação entre os
211 vários temas da área ambiental e colocou a SEMA à disposição do Grupo de
212 Trabalho. O Sr. NELSON ADAMOWICZ da CAT Passaúna ressaltou a
213 importância do PSA ser um plano interinstitucional devido a variedade de
214 problemas que podem ocorrer em áreas de manancial. Não havendo mais
215 comentários a Sra. Presidente passou a palavra aos palestrantes para
216 considerações finais. A Sra. JAMYLE CALENCIO GRIGOLETTO agradeceu a
217 contribuição de todos, em relação ao nome Plano de Segurança da Água –
218 PSA, ela comentou que esse nome é utilizado pela Organização Mundial da
219 Saúde e também pela Universidade do Minho, em Portugal. Reforçou a ideia
220 de que se precisaria trabalhar de maneira interinstitucional no caso do Plano de
221 Segurança da Água e com relação a resíduos de medicamentos, relatou que
222 existia um grupo de trabalho técnico discutindo essa problemática bem como
223 os resíduos de agrotóxicos. O DR. ALEXANDRE PESSOA relatou que quando
224 começou a ler e discutir sobre o PSA, teve a impressão de que era utópico,
225 pois atuar na área a montante da captação envolvia atuar com a sociedade, o
226 que é uma construção difícil. Por outro lado, o mundo está avançando no
227 sentido de reconhecer os limites, de buscar formas de preservar a vida,
228 principalmente a humana. A elaboração do PSA no âmbito do Comitê vai com
229 certeza gerar o melhor plano para essa região, o que necessariamente não
230 será o melhor para o Ceará, por exemplo, pois a dinâmica deverá ser
231 totalmente diferente. O que ele considera importante é o processo de
232 construção inclusivo e mobilizador, e acredita que quando a sociedade
233 consegue trabalhar dessa maneira ela avança de uma forma mais forte, mais
234 difícil de recuar. Afirmou ter certeza que a escolha de Curitiba para ser um
235 piloto foi uma escolha feliz, Curitiba é muito lembrada como padrão de
236 qualidade de vida que envolve concepção de cidadania. Concluiu dizendo que
237 estava confiante na elaboração do Plano. A Sra. Presidente agradeceu aos
238 palestrantes e aos convidados, e sugeriu que a inclusão do PSA no Plano de
239 Bacia fosse discutido em uma reunião da Câmara Técnica do Plano para
240 posterior decisão do Comitê, com maiores subsídios. Submeteu esse
241 encaminhamento em votação sendo aprovado. Passou então ao **5º item da**
242 **pauta** que tratava da aprovação da Resolução que cria a Câmara Técnica de
243 Revisão do Regimento Interno. Na reunião anterior já havia sido deliberado
244 sobre a necessidade de criação dessa Câmara Técnica e solicitou à Sra. OLGA
245 POLATTI da Gerência das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira
246 que procedesse a leitura da Resolução. A mesma encontra-se anexa a essa
247 ata. Com relação a uma dúvida do Sr. JORGE RAMON DE ARAUJO MELLO
248 da Rede Amigo das Águas sobre a questão de suplência do setor da
249 Sociedade Civil que não estava especificada na resolução, a Sra. OLGA
250 POLATTI esclareceu que na consulta de indicação dos representantes da

251 câmara técnica, a sociedade civil havia indicado os suplentes sendo que a
252 suplente da ABES seria a ABRH e a suplência da CAT-Iraí seria preenchida
253 pela ECOFORÇA e essas indicações fariam parte da versão final da
254 Resolução. A Sra. Presidente colocou em votação a resolução com as
255 considerações da Sra. Olga Polatti, que foi aprovada por unanimidade, e
256 passou ao **6º ITEM DA PAUTA** que tratava dos informe sobre o Planos das
257 Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, solicitando à Sra. OLGA
258 POLATTI da Gerência das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira
259 que fizesse a apresentação a qual encontra-se anexa a ata. A Sra. Martha
260 Sugai da COPEL comentou sobre a versão do Código Florestal que havia sido
261 encaminhada para o Senado que no seu artigo 43 comprometia parte dos
262 recursos da cobrança com a manutenção e a composição de área florestal: ao
263 menos 30% dos recursos arrecadados pela cobrança de recursos hídricos na
264 forma da Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, devem ser destinados a
265 manutenção, recomposição ou recuperação da área de preservação
266 permanente da bacia hidrográfica a critério do respectivo comitê de bacia
267 hidrográfica e que caberia uma reflexão em relação a esse artigo pois a Lei nº
268 9433 estabeleceu que cabe ao comitê de bacia hidrográfica definir onde os
269 recursos oriundos da cobrança serão aplicados. A Sra. Presidente informou
270 que a Associação Brasileira de Recursos Hídricos em conjunto com a ABES e
271 com a ABAS fizeram um manifesto sobre o artigo 42 que foi entregue
272 pessoalmente a vários senadores, ao presidente da Confederação Nacional da
273 Indústria e a vários outros políticos, mas que a princípio ainda não havia sido
274 obtido êxito porque o Código havia passado no Senado. Ela comentou que a
275 sua opinião, como presidente da ABRH, era que de fato esse artigo
276 comprometia o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, porque
277 diminuía o valor sobre o qual o Comitê podia deliberar quanto à aplicação dos
278 recursos da cobrança e que outra questão a se ponderar era o valor anual de
279 30%, que não havia explicação para esse número. O Sr. CLAUDIUS
280 AUGUSTUS FAGGION FILHO da FAEP comentou que o Código Florestal,
281 prevendo essa aplicação, poderia estar dando poder ao Comitê, do ponto de
282 vista político. O Sr. JORGE CALLADO manifestou o seu pesar em relação ao
283 novo Código Florestal, classificando-o como retrocesso na legislação
284 ambiental. Antes de passar para o próximo item de pauta a Senhora Presidente
285 informou o seu afastamento da Coordenação da recém-ativada Câmara
286 Técnica de Acompanhamento do Plano, por já estar exercendo a Presidência
287 do Comitê, e que indicaria o seu substituto após consultar os representantes da
288 ABES e da ABAS. Em seguida passou ao **7º ITEM DA PAUTA** que tratava dos
289 **ASSUNTOS GERAIS**, inicialmente convidando o Sr. Enéas Souza Machado,
290 diretor de gestão de bacias hidrográficas do AGUASPARANÁ para informar
291 sobre a situação da gestão dos recursos hídricos no Estado. O Sr. ENÉAS
292 SOUZA MACHADO iniciou relatando sobre a alteração da Lei nº 12.726 de
293 1999, que incluiu novas receitas no Fundo de Estadual de Recursos Hídricos –
294 FRHI. Essas receitas se referem à Compensação Financeira pela
295 Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia
296 Elétrica – CFURH, aos *royalties* de Itaipu, além de uma parte de
297 compensação da exploração de petróleo, gás e minérios. Explicou que a
298 compensação financeira paga pelo setor elétrico era do montante de 6% do
299 que é gerado de energia multiplicado pela Tarifa Anual de Referência-TAR,
300 que 45% deste valor vai para os Estados, 45% para os municípios afetados e

301 uma parte para a União - MMA, MME, Fundo Nacional de Ciência e
302 Tecnologia. Explicou que no caso do Paraná, esses recursos, tanto dos
303 *royalties* como da CFURH, haviam sido adiantados a fim de compor o Fundo de
304 Previdência dos funcionários públicos. Comentou que São Paulo, Minas Gerais
305 e Rio de Janeiro fizeram leis destinando parte desses recursos para uso em
306 recursos hídricos e que essa era uma das razões porque São Paulo estava tão
307 mais avançado, tendo em vista que eles recebem os recursos a mais de 15
308 anos e vem aplicando em planos de bacia e em obras e ações. Explicou que
309 esse acordo entre o estado do Paraná e a União se referia às usinas existentes
310 na época e comprometia a receita até o ano de 2020, não abrangendo as
311 usinas construídas após o acordo. O Sr. ENÉAS SOUZA MACHADO
312 prosseguiu relatando que, com a alteração da Lei nº 12.726/99, foi necessário
313 rever o decreto estadual que regulamentava o FRHI, e que na revisão havia
314 sido estipulado que 100% da CFURH deveria ir para o Fundo e que com as
315 novas usinas, duas no Rio Jordão, uma no Paranapanema e a usina de Mauá,
316 que deve entrar em operação em 2012, o Sistema Estadual de Gestão de
317 Recursos Hídricos passava a contar com recursos para em primeira instância,
318 elaborar planos de bacia. Relatou que o Conselho Estadual de Recursos
319 Hídricos emitiu duas Resoluções sobre a aplicação dos recursos do FHRI,
320 sendo que a Resolução nº 68 diz que do recurso da Compensação Financeira
321 que entraria no fundo em 2011/2012, até 5% iria pra custeio do sistema de
322 gestão, até 10% pra adequar o sistema de informações e que o restante
323 desses recursos seria aplicado na elaboração dos planos de bacia, e a outra
324 Resolução estipulava que do montante a ser gasto com Planos de Bacia seria
325 distribuído da seguinte maneira: 150 mil reais para a finalização do Plano de
326 Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, que já estava licitada e
327 contratada, 400 mil reais para a finalização do Plano do Rio Jordão, em
328 licitação, 800 mil reais para a finalização do Plano do Rio Tibagi, também em
329 licitação. Além desses planos, o Sr. ENÉAS SOUZA MACHADO comentou que
330 a resolução também previa recursos da ordem de 1 milhão e 200 mil reais por
331 plano de bacia, para executar os planos do Piraponema, das bacias do Cinzas
332 e Itararé e do Baixo Ivaí. A Sra. Presidente agradeceu ao Sr. Enéas Souza
333 Machado pela apresentação e convidou a Sra. MARLI RENATE VON
334 BOESTEL ROESLER para apresentar a pesquisa “A defesa da proteção
335 equitativa dos direitos humanos ao meio ambiente, à água e ao saneamento
336 básico: percepções aproximativas à Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu e
337 Afluentes do Rio Ribeira” que estava realizando para os estudos do Pós-
338 Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e
339 Desenvolvimento, da Universidade Federal do Paraná. A Sra. MARLI RENATE
340 VON BOESTEL ROESLER agradeceu a oportunidade, comentou que era
341 professora na Universidade do Oeste do Paraná, que sua formação era na
342 área de Ciência Aplicadas, com doutorado em Serviço Social, com foco em
343 gestão ambiental dos municípios lindeiros ao reservatório de Itaipu. Visando
344 aprofundar essa discussão ela relatou que estava fazendo Pós-Doutorado no
345 PMAD. Após explicar os objetivos da pesquisa: refletir sobre os processos
346 desenvolvidos para explicar, analisar e reconhecer como ocorre a defesa e a
347 proteção equitativa dos direitos do ser humano a um meio ambiente
348 ecologicamente equilibrado, à água potável e ao saneamento básico, no
349 horizonte das iniciativas transnacionais e nacionais, por meio de diálogos
350 fundamentados no pensar interdisciplinar da produção de conhecimentos e na

351 execução integrada, descentralizada e compartilhada de políticas ambientais e
352 de governança das águas solicitou aos membros do Comitê que respondessem
353 ao questionário que ela havia encaminhado pois necessitava analisar a relação
354 dos membros com o Instituto das Águas, o funcionamento das Câmaras
355 Técnicas, de que forma o Comitê de Bacia estava representado no Conselho
356 Estadual de Recursos Hídricos e como avaliava essa representatividade, quais
357 programas e projetos estavam sendo desenvolvidos no âmbito da bacia, e
358 quais ações que eram consideradas mais prementes, críticas com relação aos
359 conflitos de uso de recursos hídricos, e onde estavam concentrados esses
360 problemas, pois eles evidenciam riscos e vulnerabilidade das populações
361 excluídas das políticas públicas e de ações governamentais e não
362 governamentais. Complementou comentando que também estava levantando
363 como a comunidade estava vendo as ações do Comitê, se eram
364 representativas, inclusive perguntando se a comunidade sabia que existe um
365 Comitê de Bacia. A Sra. Presidente agradeceu e reforçou o convite para que os
366 membros preenchessem total ou parcialmente o formulário enviado pela Sra.
367 Marli R. B. Roesler. Em seguida solicitou a todos os membros que informassem
368 à Secretaria Executiva qualquer alteração no cadastro para garantir que as
369 informações enviadas fossem recebidas e com relação à coordenação da CT-
370 Plan, após deliberar com os representantes das demais entidades técnico-
371 profissionais foi definido que a coordenação da CT-Plan ficaria com o
372 representante da ABES. A seguir a Sra. Presidente passou a palavra ao Sr.
373 JORGE RAMON ARAUJO MELLO da REDADA que sugeriu que fossem
374 criados sub-comitês junto aos municípios de maneira a ampliar a participação
375 da sociedade, uma vez que a discussão dos problemas estaria mais próximo
376 da população. O Sr. ENÉAS SOUZA MACHADO esclareceu que hoje existem
377 12 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que definem a área de
378 abrangência dos Comitês de Bacia, os quais estão sendo implantados, sendo
379 que no futuro, talvez possam ser criados subcomitês quando necessário e a
380 Sra. Presidente lembrou que a Lei Federal de Recursos Hídricos prevê a
381 instalação de Comitês quando necessário. A Sra. MARTHA SUGAI da COPEL,
382 respondendo a pergunta do Sr. JORGE RAMON ARAUJO MELLO da REDADA
383 se o município tinha autonomia para criação de Comitês de Bacia, explicou que
384 os recursos hídricos eram de domínio da União ou de domínio do Estado e que
385 para se criar um Comitê no estado do Paraná deve ser seguido o disposto na
386 Resolução nº 50 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH que
387 define que representantes dos usuários, do poder público e ONGs se
388 organizem e que apresentem a demanda ao CERH. A Sra. MARTHA SUGAI da
389 COPEL lembrou que o CERH era o órgão máximo a nível de Estado na gestão
390 de recursos hídricos e que já havia definido que os comitês teriam área de
391 atuação conforme as unidades de gerenciamento que estão definidas na
392 Resolução nº 49, que para se criar um Comitê de Bacia não previsto naquela
393 resolução havia a necessidade de alteração da Resolução nº 49 e que havia
394 uma hierarquia na legislação de recursos hídricos que não permitia a criação
395 de um Comitê sem a aprovação do CERH. Continuando, a Sra. MARTHA
396 SUGAI explicou que o município não tinha competência para criar Comitês por
397 não haver rios de domínio do município e que a Constituição Federal definiu
398 que o corpo de água seria de domínio da União quando atravessava mais de
399 um estado ou fazia limite entre dois ou mais estados e que os rios que estavam
400 totalmente dentro do território de um Estado seriam de domínio do Estado, e

401 nesse caso o órgão máximo era o CERH. Exemplificou citando o Rio Jordão
402 que era um rio totalmente localizado dentro do estado do Paraná sendo de
403 domínio do Estado e era afluente do Rio Iguaçu que era de domínio da União.
404 Hoje temos o Comitê da Bacia do rio Jordão e teremos no futuro um comitê de
405 rio federal que seria o comitê da calha do rio Iguaçu, com diversos comitês
406 estaduais dos afluentes. O Sr. CARLOS EDUARDO DORNELLES VIEIRA da
407 ABAS comentou que acreditava que havia sido vedado ao município legislar
408 sobre recursos hídricos em função do rio não obedecer a mesma distribuição
409 geográfica do município e que era atribuição dos membros do Comitê levar as
410 discussões para junto de seus representados, a fim de aumentar o
411 envolvimento da sociedade nas questões de recursos hídricos. A Sra.
412 MARTHA SUGAI da COPEL reforçou a posição do Sr. CARLOS EDUARDO
413 DORNELLES VIEIRA comentando que os membros do Comitê estavam
414 representando um determinado setor e que deveriam discutir com os setores
415 para que o voto fosse, de fato, representativo. O Sr. JORGE RAMON ARAUJO
416 MELLO da REDADA perguntou sobre a dominialidade do Rio Iguaçu, se era
417 um rio federal, ao que a Sra. MARTHA SUGAI da COPEL respondeu que havia
418 tido uma mudança de entendimento de onde estavam as nascentes do rio
419 Iguaçu, pela Agência Nacional de Águas – ANA, que estipulou que a nascente
420 de um determinado corpo d'água era determinada pelo seu trecho mais longo.
421 Uma vez que o trecho mais longo da nascente até a confluência do Rio Iguaçu
422 com Rio Negro era a parte do rio Negro, então ficou determinado que o rio
423 Iguaçu que seria de domínio da União era formado pelo Rio Negro e o Rio
424 Iguaçu a jusante de sua confluência. A parte do Rio Iguaçu a montante da
425 confluência do Rio Negro era de domínio do estado, por isso o Comitê das
426 Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira era um Comitê de rio de
427 domínio do estado e a bacia do rio Iguaçu como um todo teria um comitê
428 federal. A Sra. CLAUDIA BOSCARDIN da Prefeitura Municipal de Curitiba
429 colocou a posição da Prefeitura de Curitiba sobre a questão de na Constituição
430 Federal não existir a figura de rio municipal. Ela comentou que embora o rio
431 não seja de domínio do município a Constituição Federal dá aos municípios a
432 responsabilidade pelo uso e ocupação do solo. Ela citou o caso do Rio Barigui
433 que era afluente do Rio Iguaçu, nascendo em Almirante Tamandaré, cortando
434 grande parte do município de Curitiba e fazia divisa com Araucária e que os
435 três municípios estavam articulados em prol da recuperação do rio, e continuou
436 dizendo que acreditava que consórcios intermunicipais eram um bom fórum
437 para discutir as ações de recuperação, levando para o Comitê os resultados
438 dessas ações, e o Comitê passaria então a olhar com outros olhos as questões
439 municipais. Não havendo nada mais a ser tratado a Sra. Presidente agradeceu
440 a presença de todos e deu por finalizada a 12ª Reunião Ordinária do Comitê
441 das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, da qual eu OLGA
442 RYDYGIER DE RUEDIGER POLATTI, Gerente das Bacias do Alto Iguaçu e
443 Afluentes do Alto Ribeira, lavrei a presente Ata.

444 De Acordo

445 Márcio Fernando Nunes

446 Secretário Geral do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto
447 Ribeira